



1.

**ATA**

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, cuja falta foi considerada justificada. -----

A Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro apresentou requerimento para suspensão do seu mandato, que foi votado na ordem do dia, conforme adiante se indica, e solicitou a sua substituição na presente reunião. Nesta sequência, foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Hugo Miguel Alves Ribeiro, tendo sido efetuada a respetiva substituição, e, conseqüentemente, participado como Vereador na presente reunião ordinária. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1. Vereador André Coelho Lima – a)** – A propósito do início do ano letivo 2018/2019, perguntou que balanço a Câmara Municipal faz das medidas que implementou e quais as expectativas para o período que agora inicia. ---

**2. Vereadora Adelina Paula Pinto** – Disse que o Município tem muitas expectativas no que à educação diz respeito, fator crucial para o território e

objeto de investimento nos últimos anos. Referiu que a Câmara Municipal tinha como preocupação dar uma resposta o mais equitativa possível e que todas as crianças, em qualquer local do concelho, pudessem ter acesso às mesmas oportunidades. Acrescentou que este trabalho é feito em articulação com todos os agentes educativos, recordando que a função da autarquia passa por, de forma universal, apresentar às escolas projetos e capacidades para, complementarmente, ser feito um trabalho uniforme em todo o território concelhio. Disse, ainda, que o projeto educativo municipal tem versado sobre o cidadão do século XXI e as suas necessidades, referindo, de seguida, que a escola se apresenta redutora em termos de conhecimento e de competências do século XXI. Assim, referiu a atuação da Câmara Municipal ao incentivar o interesse pelos assuntos patrimoniais com diversas visitas de estudo, bem como pelas artes performativas e educação física. Em relação à cidadania, disse sentir que a população é pouco participativa, não se fomentando nas escolas os meios de participação, o sentido crítico e a intervenção, situação que se pretende reverter com a implementação de projetos como, por exemplo, o Orçamento Participativo Escolas. Apontou como uma das novidades deste arranque de ano letivo a extensão do prolongamento de horário ao 1.º ciclo, num projeto homogéneo, integrado, diversificado e menos oneroso financeiramente para as famílias. Por último, referiu o investimento municipal no parque escolar, adaptando-o às novas necessidades das escolas. -----

-----**INFORMAÇÃO**-----

**1** – Leu, em voz alta, uma carta do Dr. João Gaspar de Sousa Gomes Alves dirigida aos membros do Órgão Executivo cujo teor a seguir se transcreve:  
*“Exmo. Senhor Presidente, agradeço, profundamente, a iniciativa de V. Ex.ª para me ser atribuída a Medalha de Honra do Município de Guimarães, que ocorreu no passado dia 24 de Junho, no Paço dos Duques de Guimarães.*



h.

fr

*Trata-se de uma gentileza que jamais poderei esquecer, estando à inteira disposição de V. Ex.ª para tudo o que necessitar para o bem de Guimarães. Com os melhores cumprimentos."* -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 3 de setembro de 2018, que concordou com o pagamento de uma indemnização autónoma, no valor de €80.063,40 (oitenta mil, sessenta e três euros e quarenta cêntimos), à Sociedade Fernandes & Oliveira, Lda., pela cessação do arrendamento do prédio localizado na Rua do Anjo, n.º 33, necessário ao projeto de reabilitação da Torre da Alfândega. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 2018.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro não participaram na votação da ata por não terem estado presentes na reunião. -----

**CÂMARA - PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO POR 90 DIAS DA VEREADORA MARIA HELENA TEIXEIRA DE BRAGANÇA BORGES SOEIRO –** Presente o seguinte requerimento apresentado pela Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro: "Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, na qualidade de eleita para a Câmara Municipal de Guimarães para o mandato de 2017-2021 pela lista da Coligação Juntos Por Guimarães, em representação do partido político PSD, vem, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, solicitar a suspensão do

seu mandato pelo período de 90 dias, contados a partir do dia 20 de setembro de 2018, inclusive, por motivos relacionados com a sua atividade profissional que a poderão obrigar a ausentar-se por período superior a 30 dias, enquadrando-se, assim, o motivo deste pedido no n.º 3, alínea c), do referido art.º 77.º.” **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO JORDÃO E GARAGEM AVENIDA PARA ESCOLA DE MÚSICA E ARTES PERFORMATIVAS E VISUAIS - MINUTA DO CONTRATO** - Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por “Requalificação do Edifício Jordão e Garagem Avenida para Escola de Música e Artes Performativas e Visuais”, adjudicada por deliberação de 6 de setembro de 2018 ao “Consórcio Costeira – Engenharia e Construção, SA/N.V.E. Engenharias, SA” pelo preço de €11.498.848,88 (onze milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e quarenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos) + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e Sofia Ferreira. Absteram-se os Vereadores André Coelho Lima, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. **O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e votação da proposta por se considerar impedido, em virtude de ter pertencido à equipa do projeto da obra.** -----

**FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA MANUTENÇÃO DOS PARQUES DE LAZER DO CONCELHO** - Presente, para aprovação pela Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Freguesias para manutenção dos parques de lazer do concelho, no período compreendido entre outubro e dezembro de 2018,



h.

conforme minuta em anexo, transferindo, para esse efeito, as verbas constantes do quadro que igualmente se anexa. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE AZURÉM – SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO EM DIVERSOS ARRUAMENTOS**

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de **Azurém**, para execução de obras de beneficiação em diversos arruamentos, nomeadamente: obra de demolição, reconstrução de passeios e rede de águas pluviais na rua do Emigrante (Monte Largo), rua Santa Ana (Sobreiro) e rua do Sobreiro, aprovando a transferência de uma verba no valor de **€35.209,97**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da rua do Emigrante, que é municipal e não da Freguesia, pelo que o valor atribuído para as obras nesta via configura uma delegação de competências e não um subsídio, correspondendo-lhe o valor de **€18.590,02**. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação da deliberação, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a atribuição de um subsídio à Freguesia de **Azurém**, no valor de **€16.619,95** para execução das obras na rua Santa Ana (Sobreiro) e rua do Sobreiro e, nos termos da alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, seja aprovada a transferência para a mesma Freguesia do valor de **€18.590,02**, para execução da obra de demolição, reconstrução de passeios e rede de águas pluviais na rua do

Emigrante (Monte Largo), mediante celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO EM DIVERSOS ARRUAMENTOS** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 18 de junho de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 7 de junho de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de **Briteiros Santo Estêvão e Donim**, para execução de obras de beneficiação em diversos arruamentos, nomeadamente: Travessa da Citânia, rua e travessa Dr. João Antunes, rua da Ribeira, rua do Bocage, rua do Moinho Pereira, rua do Carvalhal, caminho da Forcada, rua do Real, rua da Liberdade, rua Santo Estêvão, urbanização do Real, rua Fernando Pessoa e arranjo do pavimento exterior do edifício da Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão, aprovando a transferência de uma verba no valor de **€29.579,65**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da rua do Real, rua da Liberdade (Cruzeiro junto ao restaurante Mafra), e urbanização do Real, que são municipais e não da Freguesia, pelo que o valor atribuído para a pavimentação destas vias configura uma delegação de competências e não um subsídio, correspondendo-lhe o valor de **€4.877,60**. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação da deliberação, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a atribuição de um subsídio à Freguesia de **Briteiros Santo Estêvão e Donim** no valor de **€24.702,05** para execução das





L.  
me

obras na Travessa da Citânia, rua e travessa Dr. João Antunes, rua da Ribeira, rua do Bocage, rua do Moinho Pereira, rua do Carvalhal, caminho da Forcada, rua Santo Estêvão, rua Fernando Pessoa e arranjo do pavimento exterior do edifício da Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão e, nos termos da alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, seja aprovada a transferência para a mesma Freguesia do valor de **€4.877,60**, para execução das obras na rua do Real, rua da Liberdade (Cruzeiro junto ao restaurante Mafra), e urbanização do Real, mediante celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE PENCELO – APOIO PARA OBRAS NA RUA MOINHOS DE GUALTAR** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de **Pencelo** para a execução de obras de alargamento e construção de muro de suporte na Rua Moinhos de Gualtar, bem como a transferência de uma verba **no valor de €9.850,53**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da Rua Moinhos de Gualtar, que não é do domínio municipal, é vicinal, pelo que, o apoio não configura delegação de competências, mas sim um subsídio. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a **revogação das deliberações** acima identificadas, *bem como a aprovação de atribuição de um subsídio à*

Freguesia de Pencelo para execução das referidas obras, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, transferindo uma verba **no valor de €9.850,53**, mediante celebração de um contrato de atribuição de subsídio. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA PROJETO E OBRAS** – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de **Candoso S. Martinho** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização de **obras de reparação na mina do tanque da Teixeira** (conforme auto de quantificação do Departamento de Obras Municipais **no valor de €7.752,84**, já com IVA incluído) e para o remanescente **do projeto de alargamento do cemitério, no valor de €6.567,52**, também já com IVA incluído, conforme orçamento já apresentado pela junta de freguesia, analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta o interesse público inerente de que estas obras se revestem, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de **Candoso S. Martinho**, mediante **a atribuição de um subsídio no valor de 14.320,36€**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABAÇÃO E GÉMEOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS** – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de **Abação e Gémeos** solicitou o apoio desta Câmara





1. .  
mu

Municipal para a realização de **obras de pavimentação e arranjo do Largo Padre Joaquim Bragança**, apresentando para o efeito um pedido no valor de **€3.500,00 (três mil e quinhentos euros)**. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente de que esta obra se reveste, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União das Freguesias de **Abação e Gémeos**, mediante **a atribuição de um subsídio no valor de €3.500,00**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE CONTENTOR** – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de **Serzedo e Calvos** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a aquisição de um contentor, que servirá de arrecadação para o Campo de futebol, essencial para a prática desportiva dessa União de freguesias, apresentando para o efeito um orçamento no valor de **€7.097,10, já com Iva Incluído**. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente de que esta aquisição se reveste, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de **Serzedo e calvos**, mediante **a atribuição de um subsídio no valor de €7.097,10**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser

aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**URBANISMO – REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) - SÓ CUBOS, GRANITOS UNIPessoal, LDA - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL** – Presente a seguinte informação: “O Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) surge como uma oportunidade para que as empresas ou agentes económicos, que cumprem os requisitos do referido regime, tenha a possibilidade de regularizar, alterar ou ampliar a sua atividade, em conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial, Servidões administrativas e restrições de utilidade pública e/ou Outras condicionantes. O RERAE é um regime excecional e transitório (caráter excecional e temporário), que estabelece procedimentos de regularização/alteração/ampliação aplicáveis às atividades económicas, estabelecimentos e explorações industriais ou outras, descritas no respetivo regime RERAE. Os pedidos de regularização seguiram-se numa 1ª fase, nos termos no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, articulado com a Portaria nº 68/2015, de 9 de março e que posteriormente foi objeto de alteração com a extensão do âmbito e regime, através da Lei nº 21/2016, de 19 de julho, para que, numa 2ª fase, seja dado cumprimento integral ao regime jurídico setorial associado correspondente, por exemplo, à legalização das operações urbanísticas. O RERAE estabelece, com caráter extraordinário: a) O regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade



1.

com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; b) O regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública. Desde que este regime entrou em vigor, deram entrada no Município de Guimarães vários pedidos de Regularização de Atividades Económicas, dos quais a empresa **Só cubos, Granitos Unipessoal, Lda.**, que obteve parecer favorável, de acordo com o estipulado pela Conferência decisória em 09/07/2018. **Só cubos, Granitos Unipessoal, Lda.** Esta empresa iniciou a sua atividade em 2001, nas atuais instalações, tem uma produção bastante diversificada, produzindo material para múltiplas aplicações no mercado. Com a aposta forte neste sector e a produção na área da indústria de extração e transformação de pedra por parte desta empresa, prevê-se um grande investimento futuro traduzindo um aumento e expansão do volume de negócios. A adequação, reorganização das instalações e exploração implica uma ocupação de áreas de solo florestal e ecológico, não havendo alternativa para outro tipo de solo, perfazendo um total de cerca de 1991,6 m<sup>2</sup>. Histórico do processo: 20/11/2015 - Emissão de certidão de Interesse Público para efeitos e âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro (DUPD) (NIPG 60850/15); 23/12/2015 - Certidão de reconhecimento de interesse público nº1521/15, aprovada em Reunião de Câmara em 26/11/2015 e deliberado em Assembleia Municipal em 18/12/2015; 28/01/2016 – Pedido de Regularização de unidade industrial ao abrigo do DL 165/2014, de 5 de novembro. (OF\_DPGU\_865/2016/RERAE\_16/2016) (NIPG 6259/16); 15/02/2016 – Pedido de Regularização de unidade industrial ao abrigo do DL 165/2014, de

5 de novembro. (OF\_DPGU\_1841/2016/RERAE\_16/2016) (NIPG 9701/16); 09/05/2016 - Elaboração de parecer, no âmbito do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, para um processo em tramitação da empresa Só Cubos – Granitos Unipessoal (DDE) (NIPG 22445/16); 01/03/2016 - Regularização de estabelecimento industrial (tipo 3) – extração e transformação de inertes. Parecer do ICNF - Não foram identificadas restrições aos instrumentos de gestão territorial vinculativos. (6012/2016/DCNF-N/DPAP) (NIPG 13386/16); 24/03/2016 - Saneamento e apreciação liminar, nos termos do art.º 8º, do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas - RERAE relativamente a uma atividade industrial (DDE) (NIPG 72953/15); 27/04/2016 - O requerente deu entrada a elementos referentes ao Pedido de Regularização de Estabelecimentos no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/14 da empresa Só Cubos, Lda. (NIPG 22445/16); 16/05/2016 - Pedido de parecer sobre a adequação ao RERAE (DL 165/16) (DUPD) (NIPG 22445/16); 12/07/2016 - Desenvolvimentos dos procedimentos inerentes ao Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro (DUPD) (NIPG nº 37500/16); 20/07/2016 - Elaboração de parecer, no âmbito do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, para um processo em tramitação da empresa Só Cubos – Granitos Unipessoal (DDE) (NIPG nº22445/16); 03/10/2016 - Pedido de parecer para a preparação da Conferência Decisória sobre o processo RERAE (DUPD) (NIPG 22445/16); 16/12/2016 - Elaboração de parecer, no âmbito do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, para um processo em tramitação da empresa Só Cubos – Granitos Unipessoal (DDE) (NIPG 22445/16); 06/11/2017 - Síntese do parecer urbanístico | solicitação de elementos (DUPD) (NIPG 31490/17); 29/12/2017 - Síntese do parecer urbanístico (DUPD) (NIPG 72953/15); 09/07/2018 - Ata da Conferência Decisória no âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de



L.

novembro - A CCDR-N emite parecer favorável à proposta de alteração do PDM de Guimarães, nos termos expostos no referido documento (NIPG 72953/15). Após a deliberação final da conferência decisória, a câmara municipal deve dar início ao processo de alteração ou revisão do plano ou elaboração do instrumento de gestão territorial, nos termos do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, que prevê a Adequação e suspensão dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERAE. Face ao exposto, e no sentido de adequar o uso do solo existente, dever-se-á dar início ao procedimento de alteração do PDM, de acordo com o artigo 118º do RJIGT (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio) seguindo os procedimentos legais do RJIGT, nomeadamente o estabelecido no artigo 119º, adequando-o ao Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE). À consideração superior." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**URBANISMO – REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) - BRITOMETAL - SIMÃO & IRMÃOS, LDA – FREGUESIA DE BRITO** - Presente a seguinte informação: "O Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) surge como uma oportunidade para que as empresas ou agentes económicos, que cumprem os requisitos do referido regime, tenha a possibilidade de regularizar, alterar ou ampliar a sua atividade, em conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial, Servidões administrativas e restrições de utilidade pública e/ou Outras condicionantes. O RERAE é um regime excecional e transitório (caráter excecional e temporário), que estabelece procedimentos de regularização/alteração/ampliação aplicáveis às atividades económicas, estabelecimentos e explorações industriais ou outras, descritas no respetivo regime RERAE. Os pedidos de regularização seguiram-se numa 1ª fase, nos termos no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de

novembro, articulado com a Portaria nº 68/2015, de 9 de março e que posteriormente foi objeto de alteração com a extensão do âmbito e regime, através da Lei nº 21/2016, de 19 de julho, para que, numa 2ª fase, seja dado cumprimento integral ao regime jurídico setorial associado correspondente, por exemplo, à legalização das operações urbanísticas. O RERAEE estabelece, com carácter extraordinário: O regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; a) O regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública. Desde que este regime entrou em vigor, deram entrada no Município de Guimarães vários pedidos de Regularização de Atividades Económicas, dos quais a empresa **Britometal - SIMÃO & IRMÃOS, LDA**, que obteve parecer favorável, de acordo com o estipulado pela Conferência decisória em 09/07/2018. **Britometal - SIMÃO & IRMÃOS, LDA** - A empresa Britometal - SIMÃO & IRMÃOS, LDA, cuja atividade principal é a serralharia, iniciou em 1982 numa primeira localização, tendo-se fixado nas atuais instalações em 2014. Dada a necessidade de aumentar a capacidade de produção e dar resposta às solicitações do mercado, o requerente pretende regularizar a ampliação feita anteriormente e dotar o espaço de novas valências. A categoria do solo em causa não permite responder às pretensões do requerente que pretende ocupar de solo agrícola num total de 343 m². Histórico do processo: 24/07/2017 - Início do procedimento - Apresentação





1.

*[Handwritten signature]*

do pedido de regularização de estabelecimento industrial (NIPG 38297/17); 24/07/2017 - O requerente deu entrada ao Pedido de Certidão de Interesse Público Municipal (NIPG 38293/17); 25/07/2017 - Reconhecimento de interesse público para ampliação de unidade industrial inserida no âmbito do processo RERAE – análise urbanística (DUPD) (NIPG 38293/17); 11/09/2017 - Apresentação do pedido de Regularização de estabelecimento industrial ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro, prorrogado pela Lei nº 21/2016. Parecer do ICNF - Não foram identificadas restrições aos instrumentos de gestão territorial vinculativos. (45370/2017/DCNF-N/DPAP) (NIPG 46914/17); 25/09/2017 - Pedido de parecer no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas - RERAE (DL 165/2014, de 5 de novembro), relativamente a uma atividade industrial (OF\_DSOT\_MAM\_14287/2017/RERAE\_19/2017) (NIPG 49065/17); 19/10/2017 - Regularização ao abrigo do DL nº 165/2014, de 5 de novembro – Licenciamento da ampliação e Regularização da Atividade Industrial (Proc. 37630/17\_Refª 23889/28747/2017) (NIPG 53719/17); 30/10/2017 - Saneamento e apreciação liminar, nos termos do art.º 8, do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas - RERAE – 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei 21/2016, de 19 de julho (DDE) (NIPG 38293/17); 12/12/2017 - Certidão de reconhecimento de interesse público nº1746/17, aprovada em Reunião de Câmara em 16/11/2017 e deliberado em Assembleia Municipal em 27/11/2017; 18/12/2017 - Apresentação de elementos sobre o pedido de regularização de estabelecimento industrial pelo requerente (NIPG 64127/17); 06/03/2018 - Pedido de Parecer no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas - RERAE (DL 165/2014, de 5 de novembro), relativamente a uma atividade industrial (OF\_DSOT\_MAM\_3851/2018/RERAE\_19/2017) (NIPG 14243/16);

22/03/2018 - Elaboração de parecer, no âmbito do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro, para um processo em tramitação da empresa Britometal – Simão & Irmãos, Lda. (DDE) (NIPG 38297/17); 28/03/2018 - Síntese do parecer urbanístico (DUPD) (NIPG 38297/15); 16/06/2018 - Regularização ao abrigo do DL nº 165/2014, de 5 de novembro – Licenciamento da ampliação e Regularização da Atividade Industrial (DRAPN) (Proc. 37630/17\_Refª 23889/28747/2017) (NIPG 33262/18); 09/07/2018 - Ata da Conferência Decisória no âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro - A CCDR-N emite parecer favorável à proposta de alteração do PDM de Guimarães, nos termos expostos no referido documento (NIPG 37630/17). Após a deliberação final da conferência decisória, a câmara municipal deve dar início ao processo de alteração, ou revisão do plano ou elaboração do instrumento de gestão territorial, nos termos do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, que prevê a Adequação e suspensão dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERAE. Face ao exposto, e no sentido de adequar o uso do solo existente, dever-se-á dar início ao procedimento de alteração do PDM, de acordo com o artigo 118º do RJGT (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio) seguindo os procedimentos legais do RJGT, nomeadamente o estabelecido no artigo 119º, adequando-o ao Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE). À consideração superior.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DA VEIGA - FREGUESIA DE CANDOSO (SÃO MARTINHO)** – Presente a seguinte informação: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Candoso (São Martinho), conforme postura em anexo, aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia. A proposta visa a melhoria das condições de acessibilidade local, designadamente dos moradores.”



L.

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – NETGÓCIO – SOLUÇÕES INTERNET PARA EMPRESAS, LDA.-** Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **NETGÓCIO – SOLUÇÕES INTERNET PARA EMPRESAS, LDA.**, apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **43%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos

pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **NETGÓCIO – SOLUÇÕES INTERNET PARA EMPRESAS, LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR - TÊXTEIS J. F. ALMEIDA S.A. –**

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **TÊXTEIS J.F. ALMEIDA, SA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e



11.

fu

determinado a percentagem de **95%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **TÊXTEIS J.F. ALMEIDA S.A.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.** Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – AGOSTO DE 2018** - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 21 de dezembro de 2017 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme

constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ALTERAÇÃO DE PARTE DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À ASSOCIAÇÃO CSAR - CENTRO SOCIAL DE ATÃES E RENDUFE**

**EM 2018 - 1º ADITAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 7 de junho de 2018 foi deliberado aprovar o apoio a 87 Instituições de solidariedade social, entre as quais a Associação CSAR - Centro Social de Atães e Rendufe, esta última com um subsídio de €20.000,00 (vinte mil euros) para a aquisição de equipamento informático e obras na Associação. Na sequência desta deliberação foi celebrado um protocolo, em 26 de junho de 2018, com a Associação CSAR - Centro Social de Atães e Rendufe, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de julho. Contudo, no passado dia 10 de setembro, o Presidente desta instituição, David Patrício Lopes Araújo, solicitou à Câmara Municipal a alteração de parte do objeto deste subsídio, de modo a que uma percentagem da verba anteriormente atribuída para a realização de obras (17.402,55€), passe a estar afeta a despesas de equipamentos para aquisição de uma viatura. Considerando que foi anteriormente emitida a declaração de cabimento nº 3275/2018 e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições, a que reporta a deliberação de 7 de junho, e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, que pressupõe um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: “O presente Protocolo tem por objeto (...), *para o apoio destinado à aquisição de uma viatura e obras na Instituição*.” A minuta da adenda ao protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao





L.

fm

livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CASA DO POVO DE FERMENTÕES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “No seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal no passado dia 14 de junho de 2018 pela Casa do Povo de Fermentões, para apoio ao pagamento de taxas e encargos associados ao processo de licenciamento do seu edifício, apresenta-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho). Esta instituição iniciou a sua atividade em janeiro de 1977, e assegura as valências de creche, pré-escolar, CATL, Centro de Dia, Centro de Convívio e SAD, abrangendo um total de 324 utentes, e tem-se distinguido pela qualidade da sua atuação, mantendo continuamente todas as suas vagas preenchidas e possuindo uma grande lista de espera de utentes. A Casa do Povo de Fermentões apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado, e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de €6.341,22 (seis mil trezentos e quarenta e um euros e vinte e dois cêntimos). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – NÚCLEO REGIONAL NORTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro para efetuar o transporte de senhoras, de forma a realizar consulta de aferição do cancro da mama, no dia 2 de outubro, no Porto. Considerando que se trata de uma deslocação que visa o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por

despacho datado de 16 de setembro de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – ORFEÃO DO CCD DA COELIMA - DESLOCAÇÃO AOS AÇORES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito de protocolo celebrado entre o Orfeão do CCD da Coelima e a Associação do Coro e Orquestra da Ilha de São Jorge "José Damião de Almeida", este Coro radicado nos Açores atuou em Guimarães em outubro de 2017, com apresentações em Pevidém, em Candoso São Martinho e no Paço dos Duques de Bragança. Nos termos do referido protocolo, é agora a vez de o Orfeão do CCD da Coelima se deslocar aos Açores para três atuações na Ilha de São Jorge, concretamente nos municípios de Velas e Calheta, no próximo de outubro. Em face da incapacidade para assegurar por meios próprios todas as despesas implicadas nesta deslocação, solicitam o apoio da Câmara Municipal. Atendendo ao interesse em apoiar estas iniciativas, pelo enriquecimento artístico em que se traduzem e pela divulgação da criação artística originada no Concelho, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Orfeão do CCD da Coelima, de um subsídio de € 2.000,00 destinado a comparticipar nas despesas de deslocação por ocasião da atuação do grupo nos Açores, em outubro próximo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2018 - FESTA DA SENHORA DO Ó – ALTERAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICIÁRIA** – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 8 de março o Executivo deliberou apoiar financeiramente um conjunto de festas de interesse concelhio, entre as quais a Festa da Senhora do Ó, cujos



Lr

responsáveis solicitam a alteração da entidade beneficiária constante da referida proposta (Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Gémeos) e a sua substituição pela Freguesia. Considerando que a alteração que nos é solicitada não desvirtua o objeto da deliberação, proponho que a mesma seja autorizada, ou seja, que o subsídio de €600,00 destinado a apoiar a edição de 2018 da Festa da Senhora do Ó seja pago à União das Freguesias de Abação e Gémeos.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**CULTURA – GRUPO DE BOMBOS DE SANTA MARIA DE GÉMEOS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “Vem o Grupo de Bombos de Santa Maria de Gémeos solicitar a atribuição de um subsídio que permita à respetiva Direção fazer face aos encargos resultantes da realização de mais uma edição do seu Encontro de Bombos, que teve lugar no pretérito dia 8 de julho. Deste modo, atento o interesse de que se reveste a realização daquela iniciativa, proponho a atribuição, ao Grupo de Bombos de Santa Maria de Gémeos, de um subsídio no montante de €500,00, destinado a comparticipar nos custos de realização do Encontro de Bombos realizado em 8 de julho de 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA E CASTELO DE GUIMARÃES - EDIÇÃO DE VESTIR A MESA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “Desde o séc. X que encontramos referência ao uso de têxteis em terras vimaranenses. Serviam, então, para cobrir o corpo, a mesa, a cama e para adorar a Deus. Hoje, Guimarães continua a ser terra onde o têxtil marca o território e as suas gentes. Tendo em conta o atrás exposto, a Associação de Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães, com o apoio empenhado da diretora do Museu de Alberto Sampaio, Paço dos Duques de

Bragança e Castelo de Guimarães, e da Associação Amiguinhos do Museu de Alberto Sampaio, decidiu editar a obra «Vestir a Mesa», da autoria de Ana Marques Pereira. Ana Marques Pereira é licenciada em Medicina pela Universidade de Lisboa desde 1974 e especialista em Hematologia Clínica, desde 1985. Exerceu as funções de Diretora do Serviço de Hematologia do Hospital Garcia de Orta, em Almada até 2010, tendo publicado vários livros e artigos na área de Hematologia, bem como mais de uma centena de comunicações. Nos últimos anos tem-se dedicado ao estudo da mesa, concretamente da mesa real e das cozinhas, tendo várias obras publicadas sobre estas temáticas e tendo proferido várias comunicações sobre estes temas. A edição desta obra permitirá dar a conhecer os têxteis de mesa dos séculos XV a XX, uma arte que tem sido esquecida e sobre a qual muito pouco se tem investigado e escrito e impunha-se no panorama nacional e num concelho com uma forte tradição de produção têxtil. Com elevada qualidade a nível do conteúdo e do grafismo, será uma obra bilingue (português/inglês) e profusamente ilustrada, passando a constituir um excelente estudo sobre os têxteis de mesa, a sua produção e os seus usos, e um excelente repositório de imagens sobre o tema. Considerando a relevância da obra para um concelho conhecido pela importância da sua indústria têxtil e para a preservação da memória de uma arte e de uma indústria com fortes raízes no concelho de Guimarães, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Associação de Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães, de um subsídio de €10.000,00, destinado a comparticipar nos custos de edição da obra “Vestir a Mesa / Dressing the Table”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – ATLETAS PREMIADOS NO ÂMBITO DA GALA DO DESPORTO**



1.

**2018** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da Gala do Desporto 2018, e na sequência da aprovação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva em reunião de Câmara de 11 de maio de 2017 e sessão da Assembleia Municipal de 26 de maio de 2017, venho informar que os atletas premiados nas categorias previstas no referido regulamento foram os seguintes: **Jovem Revelação Masculino** – **Luís Alves** – atleta de karting/automobilismo; **Jovem Revelação Feminina** – **Margarida Fernandes** – atleta de voleibol do CART; **Atleta do Ano Masculino** – **Marcelo Pereira** – atleta de atletismo do NAT; **Atleta do Ano Feminina** – **Mónica Silva** – atleta de atletismo do VSC; **Atleta de Desporto Adaptado** – **Paulo Jorge Lemos** – atleta da CERCIGUI. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal ratifique as deliberações tomadas pela Comissão de Avaliação da Gala do Desporto e subsequentes procedimentos para a concessão dos correspondentes prémios, num total de €11.000,00, da seguinte forma: **Atleta(s) jovem revelação (2)**: 10 mensalidades, de setembro de 2018 a junho de 2019, de €200,00 cada. **Atleta(s) do ano (2)**: 10 mensalidades, de setembro de 2018 a junho de 2019, de €250,00 cada. **Atleta desporto adaptado (1)**: 10 mensalidades, de setembro de 2018 a junho de 2019, de €200,00 cada.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – ESTRUTURA DE MISSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – GUIMARÃES 2030** – Presente a seguinte proposta:

“Considerando a prioridade estabelecida pelo Município de Guimarães no ano de 2013, colocando mais um vetor nas políticas públicas municipais, dirigido ao desenvolvimento sustentável, com o claro objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, acrescentando uma nova camada às marcas históricas que Guimarães acumula, desde o Berço da Nacionalidade, Património Cultural da Humanidade classificado pela UNESCO, Capital Europeia da Cultura, Cidade Europeia do Desporto, com a sua forte

componente exportadora, industrial, criativa e participativa, mas também de tradições e do conhecimento, foram aprovados o “Documento Estratégico de suporte à candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia (deliberação de Câmara de 23 de dezembro de 2014) e a “Estrutura de Missão da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia” (deliberação de 19 de março de 2015), tendo sido seguidamente aprovada a constituição da Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável - Laboratório da Paisagem de Guimarães, resultando como principais reconhecimentos o Município ECOXXI mais Sustentável do País e uma candidatura a Capital Verde Europeia 2020 que obteve uma classificação encorajadora face ao futuro. O diagnóstico ambiental apresentado em 2015 e o Plano de Ação 2015/2017 identificaram fragilidades, projetos e medidas a implementar, contribuindo para o processo de transição para o desenvolvimento sustentável e deram corpo à candidatura a Capital Verde Europeia. Muitos outros projetos, planos, ações, medidas concretas, candidaturas e investimentos foram concretizados ao longo deste processo, incluindo as áreas fundamentais da Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Bem-estar que muito promoveram o Município de Guimarães ao nível nacional e internacional e que, sobretudo, melhoraram a vida das pessoas e o nosso território. Durante este período (2015/2018), além do objetivo a que se propôs, a Estrutura de Missão extravasou positivamente a sua função, contribuindo, claramente, para uma boa execução dos projetos e objetivos do Município, desde logo pela extraordinária relação de cooperação institucional com a Universidade do Minho, alavancando projetos e ações nas mais diversas áreas, tendo sido reconhecida, de uma forma transversal, como uma boa prática ao nível da participação cívica, comprometimento político e envolvimento das instituições e da sociedade, apontada como um bom exemplo ao nível da Governança assente na Visão





Guimarães Mais do que Verde - ambicionando uma sociedade carbono zero construída por todos os cidadãos, agora Eco-cidadãos. Desta forma, finalizado que está o processo de avaliação e de apresentação pública do resultado das candidaturas realizadas em 2017, bem como o trabalho da referida Estrutura de Missão, urge continuar a trabalhar para o desenvolvimento sustentável e incrementar projetos, medidas e ações, otimizadas por força das lições do passado, com olhos postos nos desafios futuros. Com isto, é objetivo continuar a transformação do território e das pessoas de uma forma consistente, participativa, integradora e multidisciplinar, dando continuidade ao trabalho já desenvolvido pelo Município de Guimarães, adaptando as metodologias às necessidades atuais, aliando o conhecimento à gestão do território, promovendo a cultura de informação, reconhecimento local, nacional e internacional, passando a ser ainda mais demonstrador da visão estabelecida "Guimarães Mais do que Verde". Daqui se conclui, consensualmente, que este é um caminho que traz vantagens para todos e que deve ser prosseguido através da cultura do conhecimento, da participação da sociedade e da potenciação da cooperação estratégica com as instituições. É, pois, fundamental que se dê continuidade a uma Estrutura de Missão com vista a uma Agenda 2030 que, integrando um Plano de Desenvolvimento Sustentável para Guimarães, prepare uma nova candidatura a Capital Verde Europeia, assente numa lógica integrada de sustentabilidade, criando novas dinâmicas de cidadania proactiva, monitorizando os indicadores ambientais, medindo os impactos das medidas implementadas na saúde e bem-estar das pessoas. Pretende-se uma Estrutura de Missão proactiva e dinâmica, potenciando a envolvência e a cooperação com instituições e agentes da nossa sociedade. Neste sentido, a Estrutura de Missão terá, genericamente, as seguintes funções: Preparar uma nova candidatura a Capital Verde Europeia;

Continuar a elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável de Guimarães (PDSG2030), que definirá o modo e o tempo para a candidatura a Capital Verde Europeia; Contribuir para o estabelecimento dos Planos de Ação para o Desenvolvimento Sustentável; Colaborar e contribuir para a realização de outras candidaturas ou projetos; Contribuir para uma Cultura de Informação e do Conhecimento; Integrar o Conhecimento Técnico-científico na Gestão do Território; Promover o envolvimento e a participação nas tomadas de decisão; Promover a Eco-cidadania através da (re)educação e sensibilização da população; Promover parcerias para a divulgação de Boas Práticas; Monitorizar o progresso do processo e a implementação de medidas; Estudar os impactos das medidas implementadas na qualidade de vida dos cidadãos; Produzir informação validada cientificamente; Promover Guimarães ao nível local, nacional e internacional; Proporcionar informação e ferramentas de apoio à decisão; Contribuir para a promoção de uma gestão transversal, integrada e multidisciplinar; Contribuir para uma maior consciencialização, educação e sensibilização para a sustentabilidade; Acelerar a mudança de comportamentos e atitudes para o desenvolvimento sustentável. Assim, nos termos do acima exposto e considerando, mais uma vez, a necessidade de o Município de Guimarães assentar numa *task force*, com cooperações institucionais estratégicas, propõe-se a criação da **Estrutura de Missão para o Desenvolvimento Sustentável – Guimarães 2030**, com sede no Laboratório da Paisagem, cuja organização e respetivas competências se indicam abaixo, disponibilizando recursos adequados para o cumprimento da sua missão, no âmbito das parcerias efetivas com os estabelecimentos de Ensino Superior, de forma muito especial com a Universidade do Minho (UMinho), a Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e a Universidade das Nações Unidas



M.

(UNU-EGOV). Organização e competências da Estrutura de Missão: **1. Conselho Diretivo** - O Conselho Diretivo é o órgão máximo de deliberação política e diretiva da estrutura de missão, que, a convite do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães é constituído pelo Reitor da Universidade do Minho (UMinho), o Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Presidente do Instituto do Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), o responsável máximo pela Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas (UNU-EGOV) e o Professor Doutor António Cunha, sendo ainda coadjuvado pelo Coordenador Geral da Estrutura de Missão. Este órgão reunirá ordinariamente de três em três meses. O Conselho Diretivo tem como função definir a Estratégia Global para a Estrutura de Missão e para o Território de Guimarães no âmbito do desenvolvimento sustentável; **2. Conselho Executivo** - O Conselho Executivo tem como função definir e priorizar os campos de atuação, estabelecer o plano de ação, articular a produção de conhecimento com os projetos e medidas/ações a executar e validar propostas que contribuam para o desenvolvimento sustentável de Guimarães. O Conselho Executivo é constituído pelos Vereadores do Executivo Municipal, com poderes delegados, um Vice-Reitor ou Pró-Reitor designado por cada uma das instituições de ensino superior parceiras (UMinho, UTAD e IPCA), pelo Coordenador Geral da Estrutura de Missão e pelo Presidente do Laboratório da Paisagem. Este órgão reunirá ordinariamente de dois em dois meses. **3. Comité de Aconselhamento Externo** - Ao Comité Externo de Aconselhamento compete acompanhar a implementação da estratégia global, validando cientificamente os documentos de trabalho produzidos. O Comité Externo de Aconselhamento é presidido por Mohan Munasinghe, emérito professor universitário e Prémio Nobel da Paz em 2007 e conta ainda com os membros que já colaboraram previamente com o Município,

nomeadamente Jane Carruthers e Will Wynn, bem como um conjunto de personalidades de reconhecido mérito intelectual, académico e científico, nacional e internacional, a designar pelo Conselho Diretivo. Este órgão reunirá ordinariamente uma vez por ano. **4. Coordenador Geral** - O Coordenador Geral tem a função de promover o pensamento refletivo apoiado numa visão holística e integradora, trabalhar em backcasting, isto é, partir da visão estabelecida e identificar as mudanças necessárias para alcançar os objetivos futuros, promover e colaborar na partilha de conhecimento e divulgação nacional e internacionalmente, elaborar o planeamento do funcionamento da Estrutura de Missão, produzir informação relevante à tomada de decisão, assessorando o Conselho Diretivo, gerir globalmente a Estrutura de Missão, nomeadamente o Conselho Executivo e o Comité de Aconselhamento Externo, bem como coordenar o Conselho Especializado. O Coordenador Geral é nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, pelo período do Mandato Autárquico. **5. Conselho Especializado (Técnico-científico)** - O Conselho Especializado tem como missão acompanhar e contribuir para os objetivos gerais estabelecidos. Neste sentido, o Conselho Especializado tem como função contribuir para o Plano de Desenvolvimento Sustentável Guimarães 2030, contribuir para a definição dos planos de ação, monitorizar o progresso do processo, produzir conhecimento científico aplicado ao território que passará a integrar uma Bolsa de Conhecimento, contribuir para a Cidadania com ideias, ações e campanhas e contribuir para a implementação dos projetos necessários para uma competente prestação de Guimarães. O Conselho Especializado contará com o contributo do corpo técnico da Câmara Municipal de Guimarães, de representantes do Sector Empresarial Local e de outras entidades, públicas ou privadas, de reputados especialistas das diferentes instituições de ensino superior envolvidas e de



11.

outros especialistas cujo conhecimento se considere relevante. Os membros do Conselho Especializado reunir-se-ão sempre que necessário e de acordo com as diferentes temáticas a abordar, a saber: Alterações Climáticas e Energia; Natureza, Paisagem e Biodiversidade; Resíduos e Eco-Inovação; Ar e Acústica; Mobilidade Sustentável e Planeamento; Água; Ecocidadania, Ecocultura e Turismo Sustentável; Educação, Desenvolvimento Social e Bem-estar, Ambiente Urbano e Smart City; Comunicação; Relações Internacionais. **6. Conselho Consultivo** - O Conselho Consultivo tem como função participar e contribuir com ideias para o desenvolvimento sustentável do território, bem como, acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Estrutura de Missão, no sentido de analisar à luz da visão estabelecida, dos objetivos e do plano definidos. O Conselho Consultivo será constituído por um representante de cada partido político com assento na Assembleia Municipal de Guimarães, pelos diretores dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias, pelos Presidentes das Juntas de Freguesia, pelos representantes das Brigadas Verdes formalmente constituídas e por um conjunto de entidades, associações, instituições e empresas em que a sua atividade esteja diretamente ligada ao trabalho a ser desenvolvido pela Estrutura de Missão. Este órgão reunirá duas vezes por ano e terá também como missão acompanhar a Estratégia Municipal das Alterações Climáticas. A Estrutura de Missão Guimarães 2030 extingue a anterior Estrutura de Missão - Estrutura de Missão Guimarães Capital Verde Europeia 2020." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O Presidente da Câmara deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Creixomil, António Gonçalves**, que disse ter sido surpreendido com a

notícia da inauguração da Ecovia no próximo sábado, manifestando-se desagrado por não ter sido convidado, uma vez que parte do troço da Ecovia atravessa a freguesia de Creixomil. A propósito, disse que tal situação impediu que pudesse fazer uma intervenção em terrenos de sua responsabilidade junto da Ecovia, por forma a embelezar a zona. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que várias vezes tinha reunido com o Presidente da Junta de Freguesia de Creixomil por várias questões, informalmente, nunca tendo sido necessário qualquer via institucional, como aconteceu hoje. De seguida, explicou as circunstâncias em que ocorreu a marcação da inauguração da Ecovia para o próximo sábado, designadamente a confirmação, na passada sexta-feira, da disponibilidade de agenda do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente para estar presente na cerimónia de inauguração, o programa da "Green Week" e o Dia Europeu Sem Carros. Por último, disse ter dado indicação aos serviços para que fossem convidados para a referida inauguração todos os Presidentes de Junta das Freguesias onde a Ecovia tem passagem, bem como os elementos das respetivas Brigadas Verdes. -----

**PELAS DEZ HORAS E CINQUENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----

*Assinatura do Presidente da Câmara*  
